

**“POBRES, IGNORANTES, INDEFESOS E DESARMADOS”
- RAMALHO ORTIGÃO E A QUESTÃO IBÉRICA**

Sara Cerqueira Pascoal

ISCA/IPP

Portugal

spascoal@iscap.ipp.pt

Sinopse

O presente artigo constitui uma tentativa de interpretação hermenêutica de um *corpus* textual constituído por diversos artigos de intervenção de Ramalho Ortigão na célebre “Questão Ibérica”, que animou os periódicos portugueses e espanhóis, sobretudo a partir das décadas de 60-70 do século XIX. Esta análise será efectuada à luz da Cultura Portuguesa, salientando-se, desde logo, aspectos como os hábitos, comportamentos ou expectativas que caracterizam a sociedade portuguesa, os quais, ao mesmo tempo, fornecem um precioso contributo para a reflexão sobre o modo de ser português da segunda metade de Oitocentos.

Palavras – chave: Ramalho Ortigão, Questão Ibérica, Cultura Portuguesa, Geração de 70

“A Espanha, essa boa amiga, que dorme deitada ao nosso lado o sono da indiferença, tendo por travesseiro os mesmos montes e por lavatório os mesmos rios, com o mesmo pintassilgo pendurado à janela do quarto, e o mesmo gato enroscado aos pés, sobre a roupa da cama, mandou-nos brindes.” (As Farpas)

Ramalho Ortigão é provavelmente o autor menos estudado da Geração de 70, desde sempre eclipsado por nomes de visceral genialidade e vultos de talento tão portentoso quanto os de Eça de Queirós, Oliveira Martins, Antero de Quental, Guerra Junqueiro

ou Teófilo de Braga. O próprio Ramalho não seria alheio a esta secundarização, quando afirma modesta, porém lucidamente, “*o único inútil da falange sou talvez eu, que em vez de uma acurada monografia estou aqui fazendo um índice de assuntos que só devidamente trataria se de cada uma destas páginas tirasse um livro*”.¹

Ora, o que esta afirmação sobreleva, para além do menosprezo pelas suas capacidades, quando confrontadas com as dos seus colegas, é igualmente algo que sempre relevou do trabalho do escritor das *Farpas*: a sua manifesta identificação com o carácter enciclopedista e cientifista do ofício da escrita.

O espírito crítico e a curiosidade do periodista português fizeram-no desde sempre almejar um conhecimento amplo e rigoroso das diversas e distintas áreas científicas. O seu peculiar sentido prático, o gosto pela inventariação, pelo tecnicismo mais refinado só apurarão a sua necessidade de conhecimento. Ramalho “*periodista de profissão, mau literato, mas mais literato do que outra coisa, contente do seu ofício, alegre da sua vida, orgulhoso da sua independência*”², acredita que o homem de letras deve saber um pouco de tudo “*percorrer todas as várias províncias do saber humano, mas percorrê-las com as pernas para o ar, andando nas mãos, dando opiniões e dando guinchos, sábio arlequim, sacerdote e polichinelo*”³. Estas acrobacias materializam a profunda convicção de que o escritor oitocentista precisa “*de conhecer ao mesmo tempo tudo: os fenómenos do sistema nervoso e os fenómenos da terra, da atmosfera e do mar; (...) a evolução da matéria e a evolução do espírito*”⁴.

Jornalismo, Literatura, História, Geografia, enfim, Ramalho Ortigão – periodista, contente da sua profissão – dribla inúmeras temáticas, intensifica e diversifica atenções a domínios tão variados como a literatura e a arte, a religião, a sociedade, a educação, a política, a administração e a economia, as viagens. E na encruzilhada destes temários, a

¹ Cit. Por Rodrigues Cavalheiro, *A Evolução Espiritual de Ramalho*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1962, p. 201

² ORTIGÃO, Ramalho, Prefácio *Em Paris*, Lisboa, Clássica Editora, 1958, p. 7

³ ORTIGÃO, Ramalho, *As Farpas III*, Clássica Editora, 1988, p. 274

⁴ Idem, p. 269

Questão Ibérica, não poderia passar despercebida ao folhetinista portuense, tal como a outros da sua geração.

Em meados do século XIX, a Questão Ibérica ou Iberismo, expressões que corporizam a tendência de carácter político para integrar Portugal num todo peninsular, inflamou as páginas da imprensa portuguesa e espanhola. Muito cedo começou a ter relevo, quando se fez sentir a tendência centrípeta de Castela, que se aprofundaria com a dinastia de Avis – dinastia que nasce e morre sob o signo do iberismo – pela política de ligações matrimoniais que conduzirá Filipe II ao trono de Portugal. Os anos de ocupação filipina terão consequências na formação de uma consciência de uma individualidade e autonomias irredutíveis, exponenciada pela queda da expansão ultramarina durante o período de domínio espanhol. As invasões francesas não serão despiciendas para fazer novamente fermentar, em diversas áreas da sociedade portuguesa e espanhola, os ideais de reunificação ibérica.

Num contexto histórico marcado, por um lado, pelo princípio de auto-determinação dos povos e do direito de uma nacionalidade constituir um Estado independente – caso da Grécia, independente em 1829 – e, por outro, pela teoria dos grandes estados e das grandes nacionalidades – corporizada na unificação da Itália (1870) e da Alemanha (1871) – o contexto histórico-ideológico acabaria por fazer prevalecer estas últimas teorias. Estas vazar-se-iam num ideário federativo, plasmando o pensamento filosófico progressista com o princípio de unificação das nações, de que Proudhon, Auguste Comte e Herbert Spencer fizeram eco. Como explicita Sérgio Campos Matos a teoria dos grandes estados e nacionalidades “*menosprezava os pequenos estados, chegando a considerá-los, além de um determinado limiar, desnecessários ou até nocivos ao progresso e ao bem-estar das respectivas populações.*” E conclui “*o iberismo insere-se nesta última posição*”.⁵ Ora, é nas décadas de 60-70 de Oitocentos que as teorias

⁵ MATOS, Sérgio Campos (2001), “Nacionalismo e anti-iberismo. A pedagogia nacionalista da Comissão 1º de Dezembro (1890-1933)”, *Revista Eixo IV, La mirada del outro. Para una Historia de la Educación n la Península Ibérica*, Ourense, Tórculo Artes Gráficas, p. 2

federalistas de diversa índole alcançam maior vigor nas páginas dos periódicos portugueses e espanhóis da época, atizando, entre o sector intelectual de então, fortes reacções nacionalistas e alimentando uma polémica que ficaria conhecida como a “Questão Ibérica”⁶.

A geração de 70 não poderá descurar um assunto que a apaixonará pela sua riqueza ideológica e mítica, de pendor saborosamente retórico. Com maiores ou menores oscilações ideológicas, aqueles que, anos mais tarde se auto-intitularão de “Vencidos da Vida”, afirmarão, a diversos ensejos, posições que se irão burilando ao longo do tempo, adaptando-se circunstancialmente ao contexto histórico e à realidade político-social ou, como em Oliveira Martins, dirimindo-se pela noção de comunidade histórica e geográfica e de voluntarismo histórico⁷.

Esquadrinhar diversos elementos de detalhe, rejeitando qualquer abordagem unívoca e parcelar, será necessário para uma ampla compreensão das posições que Ramalho defenderá nesta polémica. Os textos que reunimos como *corpus* de estudo e análise são constituídos *grosso modo* por artigos publicados n’*As Farpas* ou então pontualmente em periódicos com os quais Ramalho colaborava. As abordagens que o vemos fazer desta temática vão desde considerações epistemológico-teóricas sobre o federalismo, a reacções acerbas e fervorosas contra artigos de célebres defensores do Iberismo, passando ainda por breves referências a encontros entre portugueses e espanhóis, ou críticas “farpeadas” às comemorações patrióticas do 1º de Dezembro.

⁶ Conceição Meireles compulsou os periódicos portugueses e espanhóis da altura e descreve-nos minuciosamente todos os actores e as diversas facetas desta polémica na sua tese de Doutoramento, apresentada em 1995, à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. MEIRELES, Maria da Conceição (1995), *A Questão Ibérica – Imprensa e Opinião (1850-1870)*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2 vols.

⁷ Muitos dos membros da geração de 70 defendem o federalismo. Tal é o caso de Oliveira Martins que perante o *Ultimatum* britânico considerava prioritária a aliança com Espanha: “*A única aliança fecunda, natural e duradoira é a da Espanha. Concorreu a cimentá-la a afinidade de origem dos dois povos, a identidade de história e de costumes, a unidade do território e a penetração das relações recíprocas aumentando diariamente*”. (*A Província*, Janeiro 1890). Da mesma forma, os republicanos, como Teófilo de Braga, fizeram do federalismo de matriz proudhoniana, o ideal mais propalado do republicanismo português. Antero de Quental sustentou o iberismo como república federal, mas veio mais tarde a classificá-lo de grande ilusão. Já Eça era ironicamente detractor de qualquer ideia unionista...

O Ramalho positivista e proudhoniano não deixa de reconhecer, num artigo datado de 21 de Abril de 1881, publicado no *António Maria* e que recolheu mais tarde n' *As Farpas Esquecidas*, que o princípio federativo “*é a primeira afirmação da filosofia moderna*” e um “*facto científico*”⁸. Porém, nem a influência dos dois “*reconstrutores da filosofia do século*” – Herbert Spencer e Auguste Comte – é suficiente para convencer o periodista português, que acredita, acima de tudo, que quando se fala de união ibérica é de uma traição à Pátria que se trata. “*Pode-se ser carlista, pode-se ser reformista, pode-se ser tudo quanto acabar em -ista, desde monarquista até fadista, somente o que não se pode ser é federalista*”⁹. E a menor simpatia pela ideia de confederação é-lhe suficiente para qualificar alguém de “*infame*”, “*especulador*” e “*traidor*”. De facto, como defende Sérgio Campos Matos, o Iberismo foi politicamente aproveitado pelos seus detractores:

*“A integração de Portugal e Espanha numa mesma unidade política, sob a forma de uma monarquia ou de uma república federal, foi identificada com fusão ou absorção do pequeno estado Português numa Espanha sempre ávida de consumir essa unidade. E os iberistas foram vistos, em Portugal, como inimigos internos, traidores da Pátria”*¹⁰.

A “*Pátria*”, assegurava Ramalho em 1899, “*não é um organismo exclusivamente político, como cuidado que imaginam as nossas secretarias de estado. A Pátria é também a terra e a tradição. [...] Para amar a tradição é preciso conhecê-la, e é no fundo desse conhecimento que verdadeiramente reside a consciência da nacionalidade*”¹¹. E Ramalho conhecerá, melhor do que ninguém, a sua Pátria, percorrendo de lés a lés, os quatro cantos do Portugal histórico, como viajante de pé posto, por romarias, feiras-francas, cordilheiras e planuras, termas e praias, botequins e pousadas, cujo testemunho

⁸ ORTIGÃO, Ramalho (1946) *Farpas Esquecidas*, Lisboa, Clássica Editora, t. I, p. 123

⁹ *Idem*, p. 124

¹⁰ MATOS, Sérgio, *Idem*, p.3

¹¹ ORTIGÃO, Ramalho (1956), “A Tradição”, *Folhas Soltas.1865-1915*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, p. 249

nos deixará nas páginas de *Banhos de Caldas e Águas Minerais* ou de *As Praias de Portugal*, entre outros.

Medularmente pedagógico, Ramalho Ortigão encetará, por conseguinte, e em diversos ensejos, campanhas panfletárias e inflamadas contra aquilo que considera ser verdadeiros atentados ao orgulho nacional e à integridade pátria. Num artigo, datado de 17 de Dezembro de 1870, e publicado na rubrica “Correio d’Hoje” do periódico *Progresso do Porto*, a sua recensão ao livro “*La Literatura portuguesa en el siglo XIX, estudio literario por D. Antón de Romero Ortiz*”, Ramalho não poderia ser mais hostil, reagindo acerbamente contra a crítica severa de Ortiz à nação portuguesa. Mordaz e objectivo, denuncia a ausência, no estudo de Romero Ortiz, de autores tão importantes quanto Pinheiro Chagas ou Latino Coelho, e, em contrapartida, a referência a autores ilustremente desconhecidos.

Tal não seria sequer relevante, não fora a gravidade das acusações feitas. Portugal, afirma Romero Ortiz :

“depois de ter descido até à nulidade na ordem científica e literária, depois de ter sofrido o jugo sufocante da Inglaterra, acha-se sem exército, sem marinha, sem fortalezas, sem colónias, sem agricultura, sem comércio, sem artes, sem fazenda, sem costumes parlamentares e sem garantias de estabilidade para a sua mentida independência. E isto é evidente, se o povo do marquês de Pombal, corroído pela imoralidade administrativa, tem uma dívida enorme e um deficit crescente, se se acha no período de agonia, se estão contadas as suas horas, que ganhou em separar-se de Castela?...”¹²

A resposta de Ramalho revela tenacidade na argumentação e, até, um certo sadismo, aludindo à condição de Romero Ortiz, que, desde 1866, se encontrava exilado em Lisboa, por ter sido acusado de conspirar contra a rainha Isabel II¹³:

“Portugal ganhou com a separação de Castela a fortuna de não andarem os seus filhos emigrados como o Sr. Ortiz por países estrangeiros, cuja dignidade insultam nos ócios da

¹² *Correio d’Hoje*, p. 119

¹³ Cf. BLASCO, Pierre, 1974, p. 521

hospitalidade que deles recebem enquanto a sua pátria os expulsava de si na ponta da espada do mais despótico militarismo. E se Portugal não ganhou senão isto, muito ganhou já para honra sua."¹⁴

A violência do ataque à independência nacional e a deselegância patente nas palavras de Ortiz, justificam o tom eriçado e contundente, utilizado pelo português.

Em ocasiões semelhantes, vemo-lo regressar novamente à liça, com igual aspereza, quando se trata de defender a independência de Portugal, ou, pelo contrário, fazendo uso da sua particular ironia cáustica ou ainda, finalmente, combinando as duas estratégias. Exemplo paradigmático disto mesmo é uma Farpa, datada de Junho de 1871, onde critica a obra *Lisboa em 1870*, de Calvo Asensio, na época, "adido à legação da Espanha em Lisboa". Esta obra não fora publicada em Lisboa, por preconizar a União Ibérica, e primava, de acordo com o periodista português, pela falta de objectividade, inépcia e até mesmo ignorância.

É de forma satírica que denuncia a inoperância da ideia de Iberismo. O livro de Calvo Asensio, afirma Ramalho:

*"propaga uma política, que tem o indiscutível merecimento de ser incompreensível, e preconiza a União Ibérica, a mais nobre e patriótica (!) ideia, como base de toda a fortuna para os dois povos da Península. A união ibérica é, segundo o Sr. Calvo Asensio, um talismã que temos em nosso poder como instrumento da realização de todos os sonhos, mas de cujo uso persistimos estupidamente em nos abstermos! Estais nus? Apegai-vos in mente com a união ibérica, e vereis os fraques de Catarro e as botinas de Stelpflug tomarem espontaneamente o caminho do vosso gabinete de vestir. Tendes fome? Gritai pela união ibérica à mesa de um café, e os criados vos trarão bifés com batatas. Esta é a receita dada pelo Sr. Calvo Asensio para satisfação de todas as necessidades nacionais! Experimentai-a, Ó insensatos! Ó cegos!"*¹⁵

Por outro lado, acusa o diplomata espanhol de desconhecimento da literatura portuguesa e de não distinguir "*na perspicácia da sua leitura um drama de um romance histórico*". Os comentários mais irónicos e acres reserva-os, todavia, para responder a

¹⁴ *Correio d'Hoje*, p. 123

¹⁵ *As Farpas*, p. 81

Asensio, que atribui o “*abaixamento de carácter*”, a “*dissolução de costumes*” e “*fealdade das mulheres*” portuguesas à “*inoculação da raça brasileira na nossa raça latina.*” Tais injúrias merecem-lhe um chiste:

“Esta notícia inesperada do nosso desconhecido parentesco com o gentio indígena dos sertões americanos é uma revelação que vai pôr em sustos muitas famílias da rua Augusta, cujos chefes o Sr. Asensio surpreendeu passeando de tanga, com penas de arara na cabeça, e flecha ao ombro, à sombra dos coqueiros do Passeio Público.”¹⁶

Num outro texto, datado de 9 de Junho de 1881 e publicado n’*O António Maria*, vemos Ramalho insurgir-se, de novo, contra os brados de União Ibérica, desta feita vindos do outro lado da fronteira e pronunciados pelo polígrafo espanhol Marcelino Menendez Pelayo. Agora o tom não é mais irado, não obstante Ramalho tenha em conta a gravidade das afirmações; prefere, todavia, divertir-se a ridicularizar o jovem escritor espanhol, ironizando com a sua juventude. Com efeito, o “Pelayozinho”, como o trata, ousara afirmar, num banquete realizado por altura das celebrações do segundo centenário da morte de Calderón de la Barca, em 1881, que havia “*um só reino legítimo, o reino de Espanha, e uma só casa reinante possível, a casa de Áustria*”¹⁷ Ramalho, que se deslocara à capital espanhola entre 24 e 29 de Maio de 1881, na qualidade de “Oficial da secretaria da Academia Real de Ciências”, para assistir às referidas celebrações, trata o jovem escritor com um sarcástico desdém, narrando o episódio com colorido balzaquiano. Com efeito, depois de Menendez Pelayo ter pronunciado aquelas palavras, preparavam-se já os portugueses, presentes no banquete, para “lhe puxar as orelhas já longas com que Deus o dotara”, mas encontraram o “menino”, “*adormecido nos braços da sua ama, que lhe mudava as fraldas, porque após um tal esforço de eloquência, o Pelayozinho se tinha comportado vergonhosamente*”¹⁸

¹⁶ Idem, p. 81

¹⁷ *Farpas Esquecidas*, t. 1, p. 159.

¹⁸ *Farpas Esquecidas*, p.160

Exemplo desta fina verve satírica são também, quer *As Farpas*, quer o volume *Pela Terra Alheia* sempre que se perfila a ocasião para explanar reflexões sobre a política e as relações ibéricas. Se o país vizinho lhe inspira admiração e simpatia, o olhar perscrutante do jornalista viandante que, por terras alheias, leva a cabo um verdadeiro projecto de sociologia comparada¹⁹, não deixa de reparar nas contradições e partilhar de uma imagem da Espanha – e de toda a Península – que é a que prevalece ao longo do século XVIII e permanece ainda durante grande parte do século XIX. A Península Ibérica em geral, e a Espanha de forma muito particular, são descritas como um espaço retrógrado e lúgubre, abrasado nas fogueiras dos *autos de fé* e no fanatismo da Santa Inquisição, com paisagens desoladas, estradas perigosas, hospedarias de má fama, por oposição a uma França onde florescia os ideais iluministas²⁰ e positivistas. Ramalho assinala, em vários textos, esta admiração plasmada em crítica pelo país vizinho, sobretudo quando se refere à genialidade dos seus artistas²¹, embora menospreze a sua tendência metafísica e religiosa; elogia a beleza clássica das espanholas, e mormente das madrilenas, mas ridiculariza a sua “falta de originalidade”, traço fundamental para um romântico; sublinha a dificuldade “horível” do castelhano, classificando-a simultânea e

¹⁹ “Os livros de viagens feitos de rigorosos inquéritos às civilizações estrangeiras constituirão então preciosos repositórios de factos observados, sugestão científica de outras tantas hipóteses sugeridas por fenómenos análogos resultantes d’outras observações, permitirão deduzir teorias que, por seu turno contraprovadas experimentalmente, levarão talvez ao conhecimento e à demonstração de algumas leis mais positivas e mais fecundas” (*John Bull, ??*)

²⁰ Veja-se, por exemplo, a comparação que Ramalho Ortigão faz entre a França e a Península Ibérica numa das suas *Farpas*: “O séc. XVIII, em Portugal tão lugubrememente tenebroso de embiocamento beato, de crasso mau gosto, de nojenta hipocrisia, foi em França dos de mais brilho para a história do talento e das artes. Da própria regência, com toda a devassidão, diz Michelet, que através de todos os vícios e de todos os erros, ela tinha esta particularidade benéfica e simpática: - era do partido do futuro. O inimigo era o passado, era a Espanha representante da Idade Média, a Espanha, abrasada em fogueiras, a Espanha que, vitoriosa, retardaria 100 anos a marcha da humanidade, porque teria queimado Montesquieu e Voltaire.” (ORTIGÃO, Ramalho, *As Farpas VI – a Sociedade*: 216)

²¹ “Se algum povo no mundo foi, mais particularmente do que qualquer outro, fadado para a pintura, esse povo foi o povo espanhol. É enorme a lista dos seus grandes artistas. E todavia, tal é a influência das instituições sociais sobre o espírito do homem que nenhum dos célebres pintores da Espanha, a não ser Velásquez, o pintor de Filipe IV, saiu jamais da estreita especialidade da pintura sagrada, como Murillo, ou da pintura fúnebre, como Zurbaran e Ribera. Cortesãos, igrejeiros, fradistas, não souberam nunca interrogar o homem nem interpretar a natureza viva. Foi preciso que no princípio deste século um homem de génio, Goya y Lucientes, quebrasse completamente a velha tradição, para que a Espanha começasse a ter da pintura uma compreensão humana”, *As Farpas*, p. 262.

paradoxalmente de “língua fácil”²², pela sua semelhança com as outras línguas românicas.

Encontramos ainda várias outras referências às relações ibéricas, onde se explora de forma mais evidente a Questão Ibérica. Nenhum desses artigos constitui, todavia, uma explanação sistemática e teórica do federalismo. Ramalho dá-nos, por exemplo, conta, sempre em tom jocoso e crítico, de permutas entre jornalistas portugueses e espanhóis. No entanto, da viagem do “*povo da nénia pelo povo do fandango*” não resulta nenhuma aclaração da controversa questão, que divide periódicos de cá e de lá da fronteira:

*“Notemos que é singularíssima a questão ibérica considerada como ponto de divergência entre os políticos e os jornalistas de Portugal e os de Espanha. Na imprensa espanhola tem-se por ideal político a federação ou unificação dos dois países. Em Portugal não há teoria unitária ou federativa mais antipática à imprensa. Os periódicos de Espanha publicam todos os dias que nós fazemos meetings e preces ao Divino a pedir a união. As folhas portuguesas bradam constantemente com o punho cerrado sobre o seio: “Não! não! nunca!” Figurava-se-nos, a nós, que as entrevistas de jornalistas portugueses e de jornalistas espanhóis deveriam necessariamente dar em resultado discutir-se a aclarar-se definitivamente este importantíssimo assunto. Não sucede porém assim”*²³.

São múltiplos os artigos, em que Ramalho se refere a esta temática. Em Outubro de 1881, os monarcas portugueses e espanhóis encontraram-se para inaugurar o caminho-de-ferro que ligava Lisboa a Madrid, passando por Valência de Alcântara e Cáceres, que encurtava o anterior traçado, inaugurado em 1863, por Badajoz, em cerca de 200 km. A 9 de Janeiro de 1882, o monarca espanhol, Afonso XII, visitou oficialmente Lisboa; a 10 de Novembro de 1892, o rei D. Carlos I e a rainha D. Amélia deslocaram-se a Madrid, enquanto em Espanha reinava a rainha-regente Maria Cristina. A propósito desta última visita, Ramalho Ortigão relembra a visita a Espanha, em 1498, do rei D. Manuel I e da rainha Isabel, filha dos reis católicos. Em Toledo, os monarcas portugueses foram

²² *Pela Terra Alheia*, p. 50

²³ *As Farpas*, p.38

proclamados herdeiros do trono castelhano, por morte do irmão de D. Isabel, o infante D. João. Mas D. Isabel morreu, ao dar à luz um filho, o infante D. Miguel, que herdaria os tronos de Castela, Aragão e Portugal, se não morresse com apenas dois anos de idade, e com ele os sonhos de uma União Ibérica. Mas para Ramalho, o século XV não deixa nada a lamentar²⁴.

De todo o *corpus* textual que compulsámos, o artigo que nos parece corporizar, de uma forma mais coerente e lógica, a ideologia ramalhiana sobre o Iberismo, é um texto, datado de 1888, e publicado n' *As Farpas*, onde Ramalho Ortigão narra as celebrações do 1º de Dezembro. O tom irónico e incisivo do discurso não deixa, no entanto, esconder um sentimento de patriotismo condoído, desgostoso e desanimado, que na década de 70, prenunciava já o espírito de “vencido da vida” que, só duas décadas mais tarde e por alturas do *Ultimatum*, viria a despontar na Geração de 70. O dia chuvoso e triste em contraste com a alegria efusiva dos festejos, parecia fazer sobrepujar em Ramalho a consciência aguda da crise política, ideológica e social que é comum a todos os membros da Geração.

Este primeiro de Dezembro, conta-nos Ramalho:

*“foi um dia triste, pesado de nuvens, alagado em chuva, empoçado de lama. Contra a nacionalidade que se divertia a sábia natureza protestava. O aguaceiro fazia chapinhar as dissoluções da imundície municipal sobre o teatro da festa, e o vento sul, habituado espectador e velho diletante da desgraça, do infortúnio e da miséria, assobiava os festeiros pelas frestas da casa onde o patriotismo assoprava jubiloso os trombones da filarmónica Pátria e pilhéria.”*²⁵

Nas celebrações do primeiro de Dezembro, Ramalho denuncia, com a sua habitual lucidez, a valorização do pendor sentimentalista, a vertente ritualista e emocional, predominantemente retórica, em detrimento da dimensão reflexiva. De facto, “à noite em uma reunião solene alguns cidadãos dissertos e verbosos fizeram os panegíricos da independência e da pátria. Nos periódicos do outro dia ecoaram estes brados da

²⁴ *Pela Terra Alheia*, pp. 195-199

²⁵ *As Farpas*, p. 284

eloquência patriótica”²⁶. Ora, esta retórica lembra-lhe a mesma que, em 1580, “*gorou por oca e por inútil quando o próximo domínio castelhano se discutia nas reuniões do povo*”. “*Ora o Portugal de 1871 – remata Ramalho – parece-se demasiado com o Portugal de 1580 para que a mesma eloquência nas duas épocas deva produzir em nós vibrações dissemelhantes*”²⁷ Finalmente, tal qual o que sucedia no momento histórico da dominação espanhola, “*estamos pobres, ignorantes, indiferentes e desarmados*”²⁸.

Esta colação entre o Portugal oitocentista e o Portugal de 1580 era, aliás, bastante frequente no largo caudal da literatura anti-ibérica, que se avolumou na época candente. A partir de meados de Oitocentos, com efeito, começa a expandir-se a tese da necessidade de regeneração da sociedade portuguesa contra qualquer ameaça externa. A ambição, a corrupção e as dissensões partidárias que tinham precipitado o país na crise calamitosa de 1580, deveriam servir para “tirar da história a lição que ela encerra”, não voltando a repetir os mesmos erros e exortando à esconjuração do fantasma do federalismo pela promoção económica, moral e social do país. No entanto, enquanto esta literatura anti-ibérica participa de um movimento perorativo que temia as ameaças anexionistas, Ramalho Ortigão, por seu turno, está seguro de que essas ameaças não se perspectivarão novamente. A essa conclusão chega pela inépcia do representante do Iberismo em Lisboa, o Sr. Fernando de los Rios.

“Logo: podeis jubilar, ó lusos. Porque, depois de postos os princípios que acabamos de expor, temos necessariamente de aceitar uma das três únicas conclusões que seguem: Ou estamos superiores a tosa a espécie de corrupção e de peita, e somos então independentes e livres por natureza; Ou a Espanha nos não quer comprar, e este é o caso de continuarmos a procurar ganhar honradamente a nossa vida por outro modo; Ou finalmente a Espanha não tem com que nos compre, e, neste caso ainda, podemos dormir tranquilos, porque eles – coitados! –

²⁶ Idem, p. 285

²⁷ Idem, p. 285

²⁸ Idem, p. 286

estão tão pobres como nós, e se o duque de Alva tivesse de nos invadir, não deixaria de pedir-nos, como antecipação do tributo de guerra que lhe mandássemos à fronteira – uma tipóia”²⁹

Conclusão

As várias posições que Ramalho Ortigão foi apresentando no decorrer desta contenda são, quanto a nós, paradigmáticas das oscilações que marcaram as diferentes personalidades, sensibilidades e ideologias que constituíram a Geração de 70, que não é una e homogênea, antes diversa e circunstancial.

“*A consciência de uma desvalia trágica (...) o sentimento de fragilidade óptica relativo à existência pátria*”³⁰, marcam de forma medular a Geração de 70, que, de forma simbiótica, se identificou holisticamente com o espaço nacional. A noção de decadência pátria e de “crise dos povos peninsulares” – em cujo esclarecimento Ramalho e os outros membros da geração participaram – é sempre em relação à França, à Inglaterra e aos países do norte, como a Holanda. A Espanha, país vizinho, é descrita por Ramalho Ortigão como nação amiga que inspira simpatia e admiração, mas à menor sugestão de unionismo, todos os argumentos lhe são válidos para defender a integridade nacional.

O tratamento da temática da Questão Ibérica por Ramalho Ortigão parece-nos, enfim, um exemplo paradigmático das oscilações intelectuais que vários autores denunciaram no periodista português e que Amadeu de Carvalho Homem sintetizou na expressão “evolução espiritual”³¹. Com efeito, se o vemos amiúde invectivar o Iberismo, reagindo acerbamente ou com ironia a qualquer pretensão anexionista manifestada pelos espanhóis, aliada ao encómio do patriotismo, vemo-lo, paradoxalmente, criticar esse pendor sentimentalista e retórico do anti-iberismo e lucidamente, com toda a sua pedagogia, assegurar que “*o que podemos ter como certo é que da vizinha Espanha, como muitos acreditam, nenhum mal temos a recear*”³², porque, na verdade, mais do que

²⁹ Idem, p.289

³⁰ LOURENÇO, Eduardo (1988), *O Labirinto da saudade*, Lisboa, Dom Quixote, p.86

³¹ HOMEM, Amadeu de Carvalho (2000), “Razão e Sentimento na Evolução Espiritual de Ramalho Ortigão”, in *Revista de História de Ideias*, Coimbra, vol. 21, pp. 193- 219

³² *Correio de Hoje*, p. 23

com fantasmas iberistas, Portugal deve reagir contra o inexorável facto de estarmos “pobres, ignorantes, indefesos e desarmados”³³.

Bibliografia

BLASCO, Pierre (1974), *Ramalho Ortigão et deux aspects de la réalité espagnole*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Sep. Bulletin des Etudes Portugaises et Brésiliennes, pp.519-527.

_____ (1974), *Ramalho Ortigão : voyageur portugais en Espagne*, Amadora, Sep. Bulletin des Etudes Portugaises et Brésiliennes, pp.287-315 .

HOMEM, Amadeu de Carvalho (2000), *Razão e sentimento na evolução espiritual de Ramalho Ortigão*, Coimbra, Faculdade de Letras, Sep. Revista de História das Ideias, pp. 193-219.

LOURENÇO, Eduardo (1988), *O Labirinto da saudade*, Lisboa, Dom Quixote.

MACHADO, Álvaro Manuel (1977), *A Geração de 70 – uma revolução cultural e literária*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

MATOS, Sérgio Campos (2001), “Nacionalismo e anti-iberismo. A pedagogia nacionalista da Comissão 1º de Dezembro (1890-1933)”, *Revista Eixo IV, La mirada del outro. Para una Historia de la Educación en la Península Ibérica*, Ourense, Tórculo Artes Gráficas

MEIRELES, Maria da Conceição (1995), *A Questão Ibérica – Imprensa e Opinião (1850-1870)*, 2 vols., Tese de Doutoramento em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, ed. policopiada.

QUADROS, António (1989), *A Ideia de Portugal na Literatura Portuguesa dos últimos Cem Anos*, Lisboa, Fundação Lusíada.

OLIVEIRA MARTINS, (1895), *Cartas Peninsulares*, Lisboa, Livraria de A.M. Pereira;

_____ (1893) *A Inglaterra de Hoje: cartas de um viajante*, Lisboa, Livraria A .M. Pereira.

_____ (1979), *Portugal Contemporâneo*, 2 vols., Lisboa, Guimarães Editores.

ORTIGÃO, Ramalho, (1836-1915) – *Espólio de Ramalho Ortigão – 17 cx. (2422 doc.)*. Espólio constituído por: manuscritos do autor (prosa e um poema); cartas recebidas e enviadas; documentos biográficos; recortes de imprensa (de/sobre o autor); fotografias; manuscritos (prosa) e cartas de terceiros, pequenas publicações e recortes de imprensa de terceiros.

³³ *As Farpas*, p. 286

ORTIGÃO, Ramalho, (1943-47) *Arte Portuguesa*. 3 vols. Lisboa, Livraria Clássica Editora.

_____ (1944) *Banhos de Caldas e Águas Minerais*, Lisboa Livraria Clássica Editora.

_____ (1945) *Contos e páginas dispersas*, Lisboa, Livraria Clássica Editora.

_____ (1948) *Correio de Hoje*, 2 vols., Lisboa, Livraria Clássica Editora.

_____ (1944) *Costumes e perfis*, Lisboa, Livraria Clássica Editora.

_____ (1944) *Crónicas Portuenses*, Lisboa, Livraria Clássica Editora.

_____ (1943) *Em Paris*, Lisboa, Livraria Clássica Editora.

_____ (1942-46) *As Farpas* (Edição Integral), com um estudo de Augusto de Castro, 15 vols., Lisboa, Livraria Clássica Editora.

_____ (1946) *Farpas Esquecidas*, 2 vols, Lisboa, Livraria Clássica Editora.

_____ (1943-45) *Figuras e Questões Literárias*, 2 vols, Lisboa, Livraria Clássica Editora.

_____ (1956) *Folhas Soltas*, Lisboa, Livraria Clássica Editora;

_____ (1947) *A Holanda*, Lisboa, Livraria Clássica Editora;

_____ (1943) *John Bull*, Lisboa, Livraria Clássica Editora.

_____ (1959), *John Bull e o processo Gordon Cumming, Lord Salisbury e correlativos desgostos*, Lisboa, Clássica.

_____ (1947) *O Mistério da Estrada de Sintra*, Lisboa, Livraria Clássica Editora.

_____ (1945) *Notas de Viagem*, Lisboa, Livraria Clássica Editora.

_____ (1995), *O Conde de Ficalho. Retrato íntimo*, Serpa, Câmara Municipal de Serpa.

_____ (1949) *Pela Terra Alheia*, 2 vols., Lisboa, Livraria Clássica Editora.

_____ (1943) *As Praias de Portugal*, Lisboa, Livraria Clássica Editora.

_____ (1944) *Primeiras Prosas*, Lisboa, Livraria Clássica Editora.

_____ (1995), *Rei D. Carlos. O martirizado*, Braga, Real Associação.

_____ (1946) *Últimas Farpas*, Lisboa, Livraria Clássica Editora.

ORTIGÃO, Ramalho; BERRINI, Beatriz (comentários e notas), (1993), *Cartas a Emília*, Lisboa, Lisóptima.

MÓNICA, Maria Filomena (coord.) (2004) *As Farpas de Eça de Queirós e Ramalho Ortigão*, Lisboa, Principia.

